

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM MOÇAMBIQUE: UM BREVE OLHAR HISTÓRICO

Suzete Lourenço Buque¹

Comunicação oral. GT - Geografia

Resumo

Este artigo debruça-se sobre alguns aspectos da História da formação de professores de Geografia em Moçambique. O objetivo é compreender as transformações registradas na formação no contexto do desenvolvimento histórico do país, bem como verificar a relevância que foi sendo dada a componente pedagógica. A análise é baseada na pesquisa documental. Os resultados apontam que a formação de professores de Geografia em Moçambique sofreu grandes influências de políticas internas e externas. Durante o período colonial o componente pedagógico e conteúdos sobre o território moçambicano não eram privilegiados, situação que mudou depois da independência nacional em 1975. Verifica-se que a partir desse ano o país adotou diferentes modelos de formação. No entanto, ao longo da evolução das instituições de formação verifica-se a preocupação em formar professores de Geografia que tenham não só conhecimentos da sua área específica, como também conhecimentos pedagógicos e didáticos.

Palavras-Chave

Formação de professores; Geografia; Políticas.

Formação de Professores de Geografia no Período colonial-1965-1975

A formação de professores de Geografia em Moçambique no período colonial será vista, enquadrada no contexto histórico da época e dos objetivos do sistema educacional criado pelo governo colonial português. Considera-se como marco 1965, ano em que se instituiu o primeiro curso para a formação de professores de Geografia do ensino secundário no território Moçambicano. No entanto, em alguns momentos faz-se um recuo para entender o contexto em que surgiu a necessidade da abertura desse curso. O ano de 1975 foi o de proclamação da independência, o que trouxe mudanças radicais tanto na política de formação, quanto nos conteúdos leccionados.

O sistema de ensino no período colonial tinha em vista a submissão dos moçambicanos no sentido de abandonarem a sua cultura e seguirem cegamente a cultura portuguesa. A Igreja Católica Romana foi grande parceira do Governo nessa empreitada. Com essa parceria, segundo aponta Mondlane (1995), o governo colonial pensava que iria ser bem sucedido na sua política de colonização ao considerar o princípio de que a unidade política se baseia na unidade moral.

¹ Doutoranda em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) na Universidade Federal de Goiás (UFG). É docente da Universidade Pedagógica de Maputo (UP-Sede). Suzete1965@yahoo.com.br

Segundo Mondlane (1975, p.56), nos territórios portugueses, o ensino dos africanos “tinha dois objetivos: formar elementos da população que atuavam como intermediários entre o Estado colonial e as massas; e inculcar uma atitude de servilismo nos africanos educados”. Cardeal Gouveia (1960) *apud* Mondlane (1995, p.56) manifesta esse objetivo nos seguintes termos:

Tentamos atingir a população nativa em extensão e profundidade para os ensinar a ler, escrever e contar, não para os fazer “doutores” [...]. Educá-los e instruí-los de modo a fazer deles prisioneiros da terra e protegê-los da atração das cidades, o caminho que os missionários católicos escolheram com devoção e coragem, o caminho do bom senso e da segurança política e social para a província [...] as escolas são necessárias, sim, mas escolas onde ensinemos aos nativos o caminho da dignidade humana e a grandeza da nação que os protege.

Na citação evoca-se a “grandeza da nação que protege os nativos”. Segundo Língua (2006), este aspecto refletiu-se no ensino da Geografia em Moçambique, no sentido de manipulação do conhecimento cartográfico então disponível e aproveitando-se do desconhecimento dos alunos na leitura e interpretação de mapas. O autor explica esse fato, nos seguintes termos:

A análise de alguns mapas utilizados nesse período mostra que, por exemplo, os mapas de Portugal eram representados em ponto de escala em relação aos mapas dos territórios colonizados, utilizando-se a grande escala para a concretização da ideia sobre a “a grandiosidade da Metrópole” e a pequena escala para a inferiorização da grandeza das “províncias ultramarinas”: influenciando-se no nível de análise e conceptualização do aluno sobre os espaços representados. (LÍNGUA, 2006. p.111)

Dentro da sua política de colonização, Portugal instituiu nas suas colônias um sistema de ensino escolar que influenciou, de certo modo, a política de formação de professores. O sistema era dividido em duas categorias: 1) as escolas das missões católicas romanas, cuja função principal era educar os africanos durante a instrução primária; 2) as escolas do governo mais sofisticadas destinadas aos brancos, asiáticos e assimilados² (MONDLANE, 1995)

A Formação de professores estava organizada para responder à dualidade no sistema de ensino. Segundo Mondlane (1995), os professores para as escolas governamentais (oficiais) do nível primário e secundário vinham da Metrópole, enquanto que para as escolas primárias para os indígenas eram formados no território moçambicano. Esta situação começou a mudar em

² Segundo a política instituída por Portugal nas suas colônias, os africanos eram divididos em assimilados e indígenas. Os assimilados eram uma pequena minoria que tinha supostamente adotado um modo de vida essencialmente português. Os indígenas eram a maioria, constituída pelos africanos não assimilados. Para ser assimilado “a pessoa tinha que satisfazer as seguintes condições: 1. Saber ler, escrever e falar português fluentemente; 2. Ter meios suficientes para sustentar a sua família; 3. Ter boa conduta; 4. Ter necessária educação e hábitos pessoais e sociais de modo a tornar possível a aplicação do direito público e privado em vigor em Portugal; 5. Requerer à autoridade administrativa da sua área, que por sua vez o enviará ao governador do distrito para aprovação” (MONDLANE, 1995, P. 48).

1962 e 1966 com criação das Escolas de Magistério Primário para a formação de professores para os filhos dos colonos (NIQUICE, 2006).

A disciplina de Geografia constava como disciplina independente a partir do Ensino Secundário³ e a formação de professores para esse nível era praticamente inexistente no território de Moçambique. A formação de professores especificamente para esta disciplina teve início em 1965. Nesse ano o governo colonial português autorizou abertura de curso para a formação de professores para o ensino secundário nos Estudos Gerais Universitários, instituição que mais tarde se designou Universidade de Lourenço Marques⁴.

Para o efeito, alegou a dificuldade que havia no recrutamento de docentes em Portugal. Nessa época, os professores para o ensino secundário eram provenientes de Portugal. Esse fato é expresso através do Decreto Lei n° 46 550, publicado no Boletim Oficial de Moçambique em 2 de Outubro de 1965, nos seguintes termos:

[...] Na verdade, a medida que constitui objeto do presente diploma mostra-se inteiramente aconselhada em face das graves dificuldades que vem oferecendo o recrutamento de professores dos ensinos secundários e perante a conclusão, após cuidado estudo, de que será possível assegurar o funcionamento dos novos cursos em termos convenientes. [...] Artigo 1.º são criados nos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique os cursos de professores adjunto do 8.º e do 11.º grupos do ensino técnico profissional.

Segundo ainda esse decreto, aponta-se que esses cursos são ministrados também, na metrópole, especificamente nas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa, desde o ano de 1948. Segundo o artigo 3º do Decreto n° 37 087 de 6 de Outubro de 1948 as condições de admissão para os professores adjuntos dos 8º e 11º grupos eram “as estabelecidas na legislação em vigor para os candidatos que se destinam respectivamente à licenciatura em Filologia Românica e à licenciatura em Ciências Geográficas”.

O curso de formação de professores designado 11º grupo tinha a duração de dois anos e não conferia nenhum nível universitário, conforme indica o artigo 4º do Decreto n° 37 087 de 6 de Outubro de 1948: “A aprovação nos cursos a que respeita o presente diploma não corresponde qualquer grau universitário”. O Plano de estudos, por sua vez, era constituído pelas disciplinas indicadas no quadro 1.

³ O Ensino Secundário corresponde ao que no período colonial era designado de Ensino Liceal.

⁴A Universidade de Lourenço Marques foi criada em 1962. O momento histórico-político em que surge a preocupação de Portugal em introduzir cursos de Ensino Superior, em Moçambique caracterizava-se por grande contestação contra a ocupação colonial e alguns países africanos começaram a proclamar as suas Independências. Nesse contexto, Portugal vê se forçado a fazer revisão da sua política colonial. Uma das estratégias, dentre várias adotadas, foi a criação de duas Instituições de Ensino Superior por meio do Decreto 44.530 de 21 de Agosto de 1962, sendo uma em Moçambique e a outra em Angola, as quais eram denominadas Estudos Gerais Universitários (TAÍMO, 2010, p. 78). Essas Universidades passaram a ter a designação de Universidade de Lourenço de Marques e Universidade de Luanda, em dezembro de 1968, pelo Decreto-Lei n° 48.799, respectivamente.

No que concerne a esse curso, algumas questões se colocam: se o curso era para a formação de professores porque razão não consta nenhuma disciplina pedagógica? Entende-se que o que importava era apenas o aprofundamento do conteúdo das disciplinas específicas e não havia preocupação de ensinar ao futuro professor as formas de encaminhar o processo de ensino aprendizagem.

Quadro 1: Plano de estudos de formação de professores de Geografia denominado de 11º Grupo, oferecido nos Estudos Gerais Universitários de Moçambique de 1965 a 1969.

Ano	Disciplinas
1º	Matemáticas Gerais
	Geometria Descritiva e Estereotomia
	Geografia Geral e Paleogeografia
	Curso geral de Minerologia e Geologia
	Desenho Topográfico e cartográfico
2º	Geografia de Portugal
	Curso geral de Botânica
	Curso geral de Zoologia
	Desenho aplicado às Ciências Biológicas

Fonte: Decreto nº 37 087 de 6 de Outubro de 1948

Esse curso não durou muitos anos, pois foi encerrado em 1969, quando se abriu na mesma Universidade o curso de Bacharelato em Geografia através do Decreto Lei 49 072 de 20 de Junho de 1969, nos seguintes termos:

Considerando que as especiais dificuldades que se depararam no recrutamento de pessoal docente para o ensino secundário nas províncias ultramarinas aconselham a que nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques passe a ministrar-se o ensino da parte geral das licenciaturas em Filologia Românica, História e Geografia, a que corresponde o grau de Bacharel; considerando que, extintas as categorias de professores adjuntos do 8º e do 11º grupos de ensino profissional deixam de ter justificação os cursos organizados pelo Decreto nº 37 087, de 6 de Outubro de 1948; [...] Artigo 1º . Passa a ser professada nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques a parte geral das licenciaturas em Filologia Românica, História e Geografia que corresponde ao grau de Bacharel. Artigo 2º. São extintos nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Luanda e Lourenço Marques os cursos de preparação de professores adjuntos do 8º e do 11º grupos do ensino profissional [...] (DIÁRIO OFICIAL, 20 de Junho de 1969).

A lei mencionada não aponta nada referente à segunda parte que seria da licenciatura. Esse curso foi ministrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lourenço Marques e teve apoio direto da Universidade de Lisboa, a qual teve papel de tutora. Foi da Universidade de Lisboa que vieram as duas primeiras docentes do curso: Maria Eugênia Correia e Celeste Coelho (ARAÚJO, 1999).

Os alunos, para poderem dar continuidade à formação, deveriam se deslocar a Portugal para terminarem a Licenciatura. Para os que seguiam a carreira docente iam trabalhar no Liceu

Normal⁵, realizando um estágio de 2 anos, sob orientação de um metodólogo e só depois disso passavam para o quadro.

Em Moçambique, considerando-se que era uma colônia portuguesa, a introdução de cursos na Universidade de Lourenço Marques era definida por Portugal, conforme princípios definidos pelo Governo. Segundo o Decreto Lei n° 45 180 de 23 de agosto de 1963, os cursos eram introduzidos segundo a ordem de prioridade. Os cursos ministrados deveriam corresponder aos domínios de atividade, onde se verificasse maior carência de pessoal habilitado com cursos superiores. Julga-se que a questão não era vista apenas pela necessidade de suprir a carência, mas sim, pelo interesse político e econômico.

Segundo Araújo (1999), o regime colonial não introduziu cursos da área de ciências sociais que não lhes interessava desenvolver. Os cursos de Geografia e História foram alguns dos que não foram introduzidos logo no início.

Entende-se também que a carência do pessoal supramencionada não se referia aos moçambicanos, pois, o sistema de educação português era excludente e muitos moçambicanos não podiam ter acesso a Universidade. Na altura em que se instituiu o Ensino Superior em Moçambique, no ano de 1962, “o ensino secundário tinha poucos africanos e conseqüentemente a entrada ao ensino superior obedeceria à mesma lógica de privilegiar os assimilados, os filhos dos colonos e filhos de indianos” (TAIMO, 2010, p.78). Ainda segundo dados apresentados por Mondlane (1995, p.60) no ano em que se criou o Ensino Superior “dos 280 alunos inscritos em 1962, não havia sequer uma dúzia de africanos”.

O plano de curricular adotado no curso de Bacharelato em Geografia foi o da Universidade de Lisboa, com o objetivo principal de que estes seguissem a docência de Geografia para o Ensino Secundário (ARAÚJO, 1999). As disciplinas ministradas eram as seguintes: (Ver quadro 2).

Quadro 2: Disciplinas que constituem a 1ª parte da Licenciatura em Geografia em 1969 na ULM- Moçambique

Ano	Disciplinas do curso
1º ano	Geografia Física I
	Minerologia e Geologia Gerais
	Zoologia Geral
	Botânica Geral
2º ano	Geografia Física II
	Geografia Humana I
	Pré-História
	Geologia Geral
	Curso de Desenho Topográfico (1º semestre)
	Geografia Humana II

⁵ Em Lourenço Marques, atual cidade de Maputo, havia um único Liceu Normal, que se chamava Liceu Salazar, hoje Escola Secundaria Josina Machel.

3º ano	Geografia de Portugal
	Geografia Regional
	Etnologia Geral
	História de Portugal

Fonte: ULM (1969/1970, p.50)

A condição de admissão ao curso era ter concluído o 7º ano dos Liceus. O quadro de disciplinas desse curso privilegiava aspetos da Geografia Geral, Geografia Física e Humana e História de Portugal. Não incluía conteúdos ligados à Geografia de Moçambique e do continente africano. Esse fato não pode ser visto isoladamente, é necessário relacioná-lo com os programas de ensino com que iriam trabalhar como professores no ensino secundário e aos objetivos do governo colonial. Os programas do Ensino Secundário, na afirmação de Duarte (2007), privilegiavam o estudo de Portugal, desde as classes iniciais até às classes mais avançadas. Os aspetos da História e Geografia de África e de Moçambique eram deixados de lado. A tendência de não incluir conteúdos sobre Moçambique tem a ver com o fato de a Geografia nessa altura ter sido especialmente marcada pelos interesses do poder colonial, pois

Durante o período colonial, a Geografia, assim como outras ciências sociais, foi marcada profundamente pelos interesses do poder então instituído, a quem não interessava desenvolver estudos que, de alguma forma, pusessem em causa a situação política e econômica imposta ao povo moçambicano (ARAÚJO, RAIMUNDO, 2002, p.98).

Tal como o primeiro curso descrito anteriormente no programa de formação de professores de Geografia, não constava nenhuma disciplina pedagógica. O fato de eles não possuírem disciplinas pedagógicas pressupõe-se que aprendiam a docência praticando.

Como se fez referência anteriormente, os primeiros professores de Geografia na Universidade de Lourenço Marques, atual Eduardo Mondlane, eram provenientes de Portugal. Segundo Araújo e Raimundo (2002), estes profissionais haviam se formado nos anos 60, por isso, sua formação era marcada pela escola da Geografia Regional de Vidal La Blache, pelo que a corrente inicial da Geografia em Moçambique foi a Geografia Regional. No entanto, como a década de 1970 foi marcada pela Geografia Quantitativa no mundo, os professores foram introduzindo algumas ideias desta corrente na formação dos seus discípulos.

Pelo exposto percebe-se que a formação de professores de Geografia foi influenciado pela política instituída. Não se dava importância a parte pedagógica e conteúdos sobre o território moçambicano e continente africano eram deixados de lado.

Formação de Professores de Geografia no Período Pós-Independência 1975-1985

A discussão sobre o processo de formação de professores de Geografia nesta parte do texto, será feita tomando em consideração o período entre 1975 e 1985. A opção por essa

periodização fundamenta-se no seguinte: Moçambique proclamou a sua independência nacional a 25 de Junho de 1975, depois de uma luta armada que durou 10 anos. A partir desse ano o governo, foi tomando diferentes medidas para reverter a situação educacional herdada do período colonial, experimentando diferentes modelos de formação de professores de Geografia e de outras áreas. Em 1985 criou-se em Moçambique a Universidade Pedagógica⁶, como uma instituição direcionada para a formação de professores de diferentes áreas com o nível de licenciatura.

Os primeiros anos depois da independência nacional foram muito conturbados. Por um lado, muitos professores das escolas primárias, secundárias e da Universidade de Lourenço Marques, abandonaram o país. Por outro, havia a necessidade de reformular os programas de ensino para se adequar à nova realidade e construir um currículo único, que correspondesse ao contexto sociopolítico de Moçambique. Perante essa situação, o Ministério de Educação e Cultura convocou todos os professores do país, com larga experiência, para um seminário que se realizou na cidade da Beira, no mês de Janeiro de 1975, ainda no período de Governo de Transição. Esse seminário teve a duração de dez dias e tinha como objetivos discutir e definir métodos de organização das escolas e analisar programas de ensino em curso de todos os níveis excetuando do ensino superior. Nesse encontro, foram tomadas algumas medidas importantes, a saber

[...] foram elaborados novos programas da 1ª à 11ª classe, na base da alteração de conteúdos; introduziu-se a disciplina de educação política (tendo como objetivo a formação política e ideológica dos alunos); introduziu-se o estudo político no seio dos professores; introduziu-se as disciplinas de história e Geografia de Moçambique, com caráter obrigatório durante o ano de 1975; introduziu-se, no currículo escolar, atividades culturais, como forma de afirmação da personalidade moçambicana; deu-se um valor especial às actividades produtivas no princípio da ligação do estudo à produção, da teoria com a prática (MEC, 1980, p. 40)

Há que se ressaltar, no entanto, que os programas de História e Geografia sofreram muitas alterações, pois o currículo do período colonial ignorava totalmente a História e a Geografia de Moçambique conforme apontou-se anteriormente.

Outro desafio que caracterizou esta fase foi a “explosão escolar”, pois o número de alunos aumentou e não havia professores para cobrirem as necessidades. Esse aumento deveu-se ao fato de o Estado ter definido a Educação como setor prioritário e todos os moçambicanos

⁶ A Universidade Pedagógica, foi criada em 1985, como Instituto Superior Pedagógico (ISP) por Diploma Ministerial nº 73/85, de 4 de Dezembro, como instituição vocacionada para formação de professores para todos os níveis do Sistema Nacional de Educação (SNE) e de outros técnicos de educação. O ISP passa a Universidade em 1995 com aprovação dos Estatutos, ao abrigo do Decreto 13/95, de 25 de Abril (UP, 2010, p.19-20).

passaram a ter acesso independentemente da raça, sexo e idade. Perante essa situação, o governo orientou os órgãos que respondiam pela educação para mobilizarem e recrutarem pessoas que tinham habilitações mínimas, mesmo sem formação, para assegurarem o processo de ensino (MURIA, 2009). Essa situação não deixava o governo satisfeito, por isso este apostou também em programas de formação de professores. Esses cursos tinham incidência na área didático-pedagógica, mas também deviam elevar o nível de conhecimentos de caráter geral, formação política e ideológica dos candidatos. O nível de ingresso e a duração dos cursos foi variando ao longo do tempo.

A formação de professores para o ensino secundário no geral iniciou em 1977 e realizava-se na Faculdade de Educação na Universidade Eduardo Modlane. No entanto a formação de professores de Geografia iniciou em 1976 na mesma instituição (Língua, 2006). Foi para essa Faculdade que eram direcionados alguns graduados do Ensino Secundário, para serem formados como professores. Importa referir que, pela grande necessidade que havia de professores, o direcionamento não tomava em conta a vontade ou interesse do graduado pela área de ensino. A indicação foi compulsiva⁷. Alguns estudantes que frequentavam os últimos anos do ensino secundário foram obrigados a abandonar os estudos e enquadrar-se em vários ramos, um dos quais foi a formação de professores. Esse fato criou certo descontentamento, pois muitos tiveram que abandonar os seus sonhos em termos de sua profissão futura.

A formação de professores de Geografia para o ensino secundário, depois da Independência Nacional, foi prioritária. Segundo Língua (2006, p.115)

Os primeiros professores formados em Moçambique no período Pós-colonial, particularmente para o Ensino Secundário Preparatório (5^a e 6^a classes), formaram-se em Geografia, pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane em 1976, iniciando a docência no ano seguinte (1977). A partir de então desencadeou-se o processo de formação de professores para o Ensino Secundário ou equivalente nas diferentes disciplinas curriculares.

Esse aspecto é confirmado por Thompson (2007), quando afirma que foi na Faculdade de Educação, na Universidade Eduardo Mondlane, que se realizou a primeira experiência de formação de professores de Geografia em Moçambique, depois da independência Nacional, no ano de 1976.

Na Faculdade de Educação formaram-se professores para lecionarem a 5^a e 6^a classes (Ensino Secundário-ciclo preparatório), 7^a a 9^a classe (Ensino Secundário) e para 10^a e 11^a classes (Ensino Secundário-nível médio). Importa destacar que a Universidade tradicionalmente atribui níveis académicos como, por exemplo, de Bacharelato, Licenciatura,

⁷ No fim da 9^a classe ou 11^a classe a escola publicava uma lista em que se indicava para onde cada aluno iria dar continuidade aos seus estudos.

Mestrado e Doutorado. No entanto, nesta época de desenvolvimento histórico de Moçambique a Universidade Eduardo Mondlane formou através da Faculdade de Educação professores com nível médio, foi o caso dos professores para leccionar da 5ª a 9ª classe. Enquanto que os que iam ensinar a 10ª e 11ª classes saíam com o nível de Bacharelato. Esses cursos no geral tinham a duração de dois anos.

Há a realçar que a formação de professores para a 5ª e 6ª classes, mais tarde passou a ser feito em Escolas de Formação e Educação de Professores (EFEPs) com cursos de 8ª classe +2⁸ e 9ª classe+2 e mais tarde nos Institutos Médios Pedagógicos (IMPs) os cursos de 9ª classe +3 anos.

O período logo depois da independência como já foi referenciado teve problemas de falta de professores qualificados em todas áreas. Uma das estratégias adotadas foi conceber cursos bivalentes. Veja no quadro 3 e 4, o conjunto de disciplinas lecionadas no curso de formação de professores de História e Geografia para as 10ª e 11ª classes na Faculdade de Educação e para a 5ª e 6ª na EFEP respectivamente.

Quadro 3: Disciplinas do Curso de Formação de professores de História e Geografia para a 10ª e 11ª classes, ministrado na Faculdade de Educação da UEM em 1981-1982.

Disciplinas			
1	História Geral I	9	Didática de Geografia
2	História Geral II	10	Cartografia e Cosmografia
3	História de África I	11	Climatogeografia
4	História de África II	12	Geografia da População e de povoamento
5	História de Moçambique I	13	Geografia Física I e II
6	História de Moçambique II	14	Geografia Económica I e II
7	Materialismo Histórico Dialético	15	Geografia de Moçambique
8	Didática de História	16	Psicopedagogia

Fonte: Diploma de ex-aluno da Faculdade de Educação, que frequentou o curso em 1981-1982

Nesse plano de estudos, encontram-se os seguintes componentes: de formação ideológica; de Formação Pedagógica; e de formação científica específica.

Quadro 4: Disciplinas do curso de Formação de professores de História e Geografia na EFEP em 1984-85

Disciplinas			
1	Marxismo-Lenenismo	7	Metodologia de Geografia
2	Pedagogia	8	Português
3	Psicologia	9	Educação Física
4	História	10	Estágio em História
5	Metodologia de Ensino de História	11	Estágio em geografia
6	Geografia		

Fonte: Diploma da autora deste trabalho, que frequentou este curso no período de 1984-1985 para ensinar a 6ª e 7ª classe do ensino secundário (ciclo preparatório)

⁸ Esses modelos de formação explicam-se da seguinte forma: A classe 8ª ou 9ª indica o nível de escolaridade exigido para frequentar o curso. O mais dois ou mais três indica os anos da duração do curso.

Por sua vez neste plano de estudos, encontram-se os seguintes componentes: de formação ideológica; de Formação Pedagógica; de formação científica específica; e formação geral. A diferença que se verifica é que o primeiro quadro não possui disciplina de Estágio nem disciplinas de formação geral. No entanto, possui mais disciplinas do componente de formação científica específica. Esse fato deve-se as exigências do nível em que iriam trabalhar. Os professores formados na Faculdade de Educação para a 10ª e 11ª, para além de terem assegurado o ensino das disciplinas de História e Geografia nas escolas secundárias de nível médio, também foram formadores nas EFEPs e nos IMPs.

O componente de formação ideológica na formação de professores, tinha uma grande importância para o Governo, pois se orientava pelos princípios de Marxismo-Leninismo. O governo desejava que todos assimilassem e se orientassem por essa Ideologia e a escola era um lugar privilegiado para isso. A justificativa da inclusão desse componente, pode ser encontrado no artigo 32º da Lei 4/83 do SNE, que diz o seguinte:

O subsistema de formação de professores assegura uma qualificação pedagógica, metodológica, científica e técnica do corpo docente para os vários subsistemas e tem um caráter profundamente ideológico que confere ao professor a consciência da classe que o torne capaz de educar o aluno nos princípios do Marxismo-Leninismo (MOÇAMBIQUE, 1983, p.7)

Importa ainda realçar que na formação de professores de História e Geografia, depois da independência, houve preocupação em introduzir as disciplinas pedagógicas e didáticas e discutir questões inerentes a Moçambique. A seguir, mostra-se o exemplo do programa da disciplina de Didática de Geografia, lecionada na Faculdade de Educação, especificamente na formação de professores de 5ª e 6ª classes, no ano de 1979.

Quadro 5: Conteúdos lecionados na disciplina de Didática de Geografia em 1979, na Faculdade de Educação

	Conteúdos
1.	Reflexão sobre o ensino da Geografia em Moçambique
2	Análise do programa de geografia para a 5ª e a 6ª classes
2.1	Objetivos do programa
2.2	Conteúdo, organização da matéria e a sua articulação
2.3	Meios propostos para os atingir
3	Análise do livro do aluno 5ª e 6ª classe
3.1	Os livros em relação ao programa
3.2	Análise crítica O livro como instrumento didático O livro como instrumento formativo –político científico
3.3	O uso do livro pelo professor e pelo aluno
4	Os métodos de Ensino em Geografia
4.1	Os métodos baseados na observação direta
4.2	Os métodos baseados na observação indireta
4.3	A Utilização de livros, de ilustrações e de outros materiais didáticos
4.4	A Planificação: em função do Programa/ da unidade didática; O Plano de aula
	2ª Etapa
	Estágio obrigatório (1 mês)

	3ª Etapa
	Análise da experiência do estágio obrigatório – Exercícios práticos

Fonte: Programa de Didática de Geografia de 1979, da Faculdade de Educação.

Os aspectos que se consideram relevantes nos conteúdos constantes no programa é a discussão sobre o ensino de Geografia em Moçambique, estudo dos programas de ensino, métodos de ensino e análise crítica do livro do aluno.

No que concerne a análise crítica do livro do aluno por considerar que era geralmente a única fonte escrita que o aluno tinha acesso para os estudos, nessa época, importa destacar o alerta de Libâneo (1994) sobre os cuidados que os professores precisam ter no trabalho com esse meio de ensino. Esse autor considera que o professor ao trabalhar com o livro didático deve ser um observador e ser capaz de desconfiar das aparências para ver os fatos, pois segundo ele muitos dos conteúdos de um livro didático não conferem com a vida real dos alunos, assim como, do próprio professor. Assim, para ele o professor ao selecionar o conteúdo da classe em que vai trabalhar

Precisa analisar os textos, verificar como são enfocados os assuntos, para enriquecê-los com a sua própria contribuição e a dos alunos, comparando o que se afirma como fatos, problemas, realidade da vivência real dos alunos (...). (LIBÂNEO, 1994, p. 140).

Considera-se importante que esse exercício seja feito ainda nos processos formativos dos professores para que desenvolvam certa autonomia no uso desse meio didático.

A caracterização deste período mostra que o governo de Moçambique depois da proclamação da independência nacional teve grandes desafios, sobretudo na mudança dos planos curriculares e na formação de professores capazes de trabalhar nesse novo contexto político. Contrariamente ao período colonial em que se tinha influência forte de Portugal, este período foi marcado pela influência da Ideologia Marxista que orientou a política do Estado. A formação de professores na Faculdade de educação terminou em 1985 com a criação da UP, que também nos seus primeiros anos orientou-se com a mesma ideologia.

Formação de Professores de Geografia no Período pós-independência na Universidade Pedagógica

No ano 1985, foi criado o Instituto Superior Pedagógico (ISP) atual Universidade Pedagógica. A abertura do ISP tem como uma das justificativas a necessidade de impulsionar a formação de professores com melhor qualificação. Essa universidade passou a formar professores com o nível de licenciatura, a partir de 1986. Os cursos realizados na Universidade Eduardo Mondlane, na Faculdade de Educação, ofereciam cursos até nível de Bacharelato.

O curso de licenciatura em Ensino de História e Geografia foi um dos três primeiros a serem oferecidos. Os outros dois foram: Ensino de Matemática e Física; Pedagogia e Psicologia. Estes cursos eram bivalentes e seguiam uma tradição que já havia sido iniciada na Faculdade de Educação.

Nos primeiros anos, quem assegurou a formação docente foram professores estrangeiros que, na sua maioria, eram de Alemanha e da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), atual Rússia (Mavanga e Freia (2009). A presença desses professores justifica-se pelo fato de Moçambique ter adotado o socialismo logo depois da independência.

O Curso de História e Geografia regeu-se por um plano curricular constituído por 76 disciplinas, um semestre para o seminário⁹ e outro destinado à conclusão do trabalho de diploma¹⁰, nos dois últimos semestres, segundo ilustra o quadro a seguir:

Quadro 6: Plano de estudos do curso de Licenciatura em Ensino de História e Geografia da UP, o qual vigorou até 2003

1º ano - 1º Semestre I	1º ano- 2º Semestre II
Introdução à História I História do mundo Antigo I Geologia geral I Cartografia e Topografia I Português I Inglês I Fundamentos de Pedagogia Filosofia I Educação Física I	Teoria da História História do mundo Antigo II História da Idade Média I História de Moçambique I Geologia Geral II Cartografia e Topografia II Climatogeografia Português II Inglês II Psicologia Geral Filosofia II Educação Física II
2º Ano Semestre III	2º Ano Semestre IV
História da Idade Média II História de Moçambique II História Moderna e Contemporânea da Europa e América I História Moderna e Contemporânea da África e Ásia I Geomorfologia Português III Inglês III Psicologia de Desenvolvimento Didática Geral I Antropologia I Educação Física III	História de Moçambique III História Moderna e Contemporânea da Europa e América II História Moderna e Contemporânea da África e Ásia II Pedogeografia Geografia Regional I Português IV Inglês IV Psicologia e Pedagogia Didática Geral II Antropologia II Educação Física IV
3º Ano Semestre V	3º Ano Semestre VI
História de Moçambique IV História Moderna Contemporânea Europa e América III História Moderna e Contemporânea África e Ásia III	História de Moçambique V História Moderna Contemporânea Europa e América IV História Moderna e Contemporânea África e Ásia IV Metodologia do Ensino da História II

⁹ Seminário eram os encontros que os estudantes realizavam com os professores para discutir alguns aspectos relacionados ao Ensino. Assim formavam-se dois grupos, um de História e outro de Geografia. Geralmente faziam-se uma vez por semana.

¹⁰ É o que se designa Monografia ou trabalho de conclusão em outros cursos.

Metodologia do Ensino da História I Biogeografia Geografia Regional II Geografia da População e Povoamento História da Pedagogia I	Geografia Regional III Geografia da Agricultura e Pecuária Metodologia de Ensino de Geografia I História da Pedagogia II
4º ano Semestre VII	4º ano Semestre VIII
História de Moçambique VI História Moderna e Contemporânea Europa e América V História Moderna e Contemporânea África e Ásia V Metodologia do Ensino da História III Geografia da Indústria Geografia de Moçambique I Defesa e Conservação da Natureza Metodologia de Ensino de Geografia II	História de Moçambique VII História Moderna e Contemporânea Europa e América VI História Moderna e Contemporânea África e Ásia VI Geografia dos Transportes Comércio e Turismo Metodologia do Ensino da História IV Geografia da Indústria Geografia de Moçambique II Fundamentos de Educação Ambiental Metodologia de Ensino de Geografia III Práticas pedagógicas (Estágio)
5º ano Semestre IX	5º ano Semestre X
Seminário	Conclusão do Trabalho de Diploma

Fonte: (UP,1998, p.38)

Nesse plano curricular, o formando tinha, desde o primeiro ano do curso, disciplinas de especialidade no sentido de aprofundar os conhecimentos da área em que iria trabalhar, e também disciplinas da área educacional. No 1º e 2º anos, havia disciplinas referentes à formação geral, formação científica específica e formação em ciências de educação. O 3º e 4º anos, continuava com a formação científica específica, formação em ciências de educação e introduziam-se as didáticas específicas. No 4º ano, a formação científica específica e as didáticas específicas que incluíam as práticas pedagógicas em forma de estágio. O estágio incluía observação de aulas nas escolas e lecionação. Finalmente, no 5º ano, o formando participava dos seminários da área que tivesse escolhido para realizar o seu trabalho final e realizava também o seu trabalho de Diploma.

Esse currículo vigorou de 1986 a 2003. Embora se tenham feito alguns ajustes ao longo desse período, o mais significativa aconteceu em 2004, com a introdução de um novo currículo resultante de um processo de revisão curricular.

A estrutura deste curso mostra que orientava-se por um paradigma paradigmático cartesiano. Esse paradigma, no campo de educação e concretamente na área de formação de professores, influenciou para que houvesse um grande distanciamento entre a teoria e a prática, formação focalizada no domínio do conteúdo em detrimento da prática, estágios realizados no final dos cursos, entre outros aspectos. No entanto, são válidas, as contribuições que ele deu no desenvolvimento da ciência .

Cunha (2003) considera os planos curriculares em que a prática aparece no fim, como foi o caso da licenciatura em Ensino de História e Geografia

o estudante não faz a leitura da prática como ponto de partida para a construção da dúvida epistemológica. A Prática, nessa lógica do currículo, não é referência para a teoria, ao contrário, como a lógica positivista determina, a teoria é a referência para a prática (CUNHA, 2003, p. 30).

Em 2004, introduziu-se um novo currículo, no intuito de melhorar alguns problemas que os cursos apresentavam. E, também seguir alguns princípios e orientações formulados por alguns organismos internacionais. Para justificar a reforma foram apontados vários motivos. Considerou-se que a bivalência era muito pesada, parecendo existir dois cursos dentro do mesmo a ocorrerem simultaneamente; as práticas e estágios pedagógicos apareciam muito tardiamente no curso, o que fazia com que o estudante não se identificasse devidamente com a sua futura profissão; a componente de investigação não estava suficientemente refletida no currículo; a parte teórica do curso sobrepunha-se largamente à parte prática (UP, 2003).

Com a revisão da matriz, adotou-se um modelo de monovalência, formando-se os professores em apenas uma área. Nesse modelo adotado, a prática pedagógica começava desde o primeiro ano do curso. O curso de Geografia passou a designar-se “Curso de Bacharelato¹¹ e Licenciatura em Ensino de Geografia”. Pressupunha-se que depois de 3 anos o formando pudesse optar por continuar na licenciatura ou sair para o mercado de trabalho. A experiência mostrou que poucos optavam pelo Bacharelato, grande parte continuou até a licenciatura. Este curso tinha a duração de 4 anos, conforme plano de estudos a seguir.

Quadro 7. Plano de estudos do curso de Bacharelato e Licenciatura em Ensino de Geografia da UP introduzido em 2004

1º ano – I Semestre	1º ano – II Semestre
Fundamentos de Pedagogia Língua Portuguesa Metodologia de Investigação Científica Introdução à Geografia Climatogeografia Geologia Geral	Psicologia Geral Inglês Práticas Pedagógicas I Geomorfologia Pedogeografia Cartografia I
2º ano – Semestre III	2º ano – Semestre IV
Psicologia da Aprendizagem Didáctica Geral Hidrogeografia Cartografia II Introdução à Estatística Geografia da População e Povoamentos	Antropologia Cultural Biogeografia Didáctica da Geografia I Geografia de Moçambique I Geografia Agrária Práticas Pedagógicas II
3º ano – Semestre V	3º ano – Semestre VI
Organização e Administração Escolar Geografia da Indústria Geografia de Moçambique II Gestão Ambiental Didáctica da Geografia II Geografia Regional I	Geografia dos Transportes, Comércio e Turismo Didáctica da Geografia III Práticas Pedagógicas III Relatório das Práticas Pedagógicas Geografia Regional II Educação Ambiental
4º ano- Semestre VII	4º ano- Semestre VIII
Didáctica da Geografia IV	Práticas Pedagógicas IV

¹¹ O sentido de Bacharelato no contexto da política educacional de Moçambique difere da do Brasil. No contexto brasileiro o Bacharelato refere-se a formação do geógrafo. Em Moçambique referia-se aos primeiros 3 anos do curso.

Disciplina opcional Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Práticas de Investigação em Geografia Temas de Actualidade em Geografia	Didáctica da Geografia V Relatório de Práticas Pedagógicas/Monografia científica Temas de actualidade em geografia Sócio-Económica Temas de Actualidade em Geografia Regional
---	--

Fonte: UP, Faculdade de Ciências Sociais, 2003.

O currículo que entrou em vigor em 2004, segundo (UP, 2003) tinha como princípios básicos a flexibilização, a profissionalização e a capacitação. No que se refere à profissionalização, pressupunha a formação de professores “capazes de assumir as suas funções como profissionais, as quais implicam a aquisição do saber, do saber fazer, do saber ser e competência na aplicação de novas metodologias” (UP, 2003, p.3). A profissionalização também pressupunha a formação do futuro professor no terreno profissional por meio de estágios e outras atividades nas escolas.

O currículo de 2004 orientou-se pelos seguintes princípios curriculares:

Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e entre origem, o processo, o produto e o destino da pesquisa - pesquisas úteis e relevantes para a melhoria do ensino e aprendizagem das várias disciplinas leccionadas no Sistema Nacional de Educação (SNE); Indissociabilidade entre a validação epistemológica e a validação ética do ensino e da pesquisa; Prática da interdisciplinaridade; Pesquisa como eixo de formação de professores; Desenvolvimento de três tipos de saber: Saber ensinar-aprender (saber fazer); saber ser e saber conviver profissionalmente. (UP, 2003 *apud* DUARTE, 2008, p.37).

Com base nesta citação, julga-se que a revisão curricular também teve influência das orientações da UNESCO, considerando-se a referência que é feita a alguns princípios. Esse organismo, em 1996 publicou um relatório elaborado por uma comissão internacional sobre a Educação para o Século XXI, onde se apresentam várias recomendações para melhorar a qualidade de ensino e outros aspetos ligados a Educação no geral em diferentes países. Aponta-se no documento que a formação inicial de professores deveria “incidir sobretudo nos quatro pilares da educação” (DELORS, 1997, p. 159). Esses pilares são: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros; e aprender a ser. Considera-se ainda no relatório a necessidade de haver: equilíbrio entre a competência na disciplina ensinada e a competência pedagógica; inclusão de uma forte componente de formação para a pesquisa; contato entre os futuros professores com professores experientes.

Com base no plano de estudos e nos princípios curriculares, encontram-se alguns aspectos novos que se consideram de grande importância na formação de professores: indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão; ligação da teoria com a prática, em que a prática profissionalizante inicia logo no 1º ano do curso com a introdução da disciplina de

Práticas Pedagógicas¹² (PPS); introdução de uma disciplina de Metodologia de Investigação Científica logo no primeiro ano do curso.

O curso tinha 3 componentes: Formação geral (12%) , Formação científica específica (45%) e Psico-pedagógico e didática (43%). No 1º ano o formando tinha disciplinas de Formação geral, Formação científica específica, formação psico-pedagógica Didática. No 2º ano, para além das anteriores, tinha também as didáticas específicas. No 3º e 4º anos, continua com os mesmos componentes de formação. No entanto, no último semestre do 4º ano, o formando realizava a sua monografia.

A ligação entre a teoria e a prática pode-se considerar como uma das grandes inovações do currículo introduzido em 2004. No entanto, apesar de ser uma proposta inovadora, foi onde existiram os grandes problemas. Os docentes da UP não conseguiam fazer um acompanhamento adequado aos praticantes¹³ devido ao número excessivo destes. Por vezes, um único docente tinha que acompanhar mais de 30 alunos que estavam em diferentes escolas e distantes umas das outras. O que geralmente acontecia é que, quando os praticantes chegam às escolas, alguns professores das escolas os abandonam à sua sorte (BUQUE, 2012)

Por sua vez, Mavanga e Freia (2009) apontam que o currículo introduzido em 2004 teve alguns problemas. Segundo afirmam, os relatórios de avaliação sobre a sua implementação, que era realizada nos Departamentos e Faculdades e Delegações, apresentaram algumas constatações que se podem resumir nos aspectos seguintes:

O novo currículo exige, quase ao longo dos 4 anos de formação, elevado número de docentes para cobrir as várias actividades curriculares tanto das áreas específicas, como educacional e profissionalizante, devido ao fato de ocorrerem em simultâneo; a disciplina de práticas pedagógicas, tida como “espinha dorsal” de todos os cursos de formação em “Ensino de ...” revelou-se como disciplina de difícil gestão; dificuldades de articulação e acompanhamento dos estudantes; desarticulação entre Didáticas específicas e as Práticas pedagógicas; incompatibilidade entre o calendário académico da UP e o calendário escolar para a realização de práticas etc. (MAVANGA, FREIA, 2009, p.66).

Esse currículo, devido aos problemas que apresentava, foi modificado através de uma reforma curricular. No que concerne à necessidade de reformas nas instituições Dias, Norberto (2008) devem ser encaradas como processos contínuos de avaliação institucional com o

¹² Práticas pedagógicas são entendidas como actividades curriculares, articuladoras entre teoria e a prática, que garantem o contato com situações psico-pedagógicas e didáticas e que contribuem para preparar, de forma gradual, o estudante para a vida profissional. (UP, 2005).

¹³ Estudante praticante Segundo o Regulamento académico no seu artigo 9 é, o discente da UP que realiza Práticas Pedagógicas numa escola. Em que as suas principais tarefas são: Observar a realidade escolar no seu conjunto; observar aulas do tutor e dos seus colegas da UP; Planificar aulas e lecionar; Observar conselhos de notas; participar em todas as actividades escolares, tais como reunião dos grupos de disciplina, reuniões de turmas, reunião com os pais e encarregados de educação (...). (UP, 2005)

objetivo de diagnosticar as principais dificuldades, propor e implementar novos currículos que se adaptam melhor aos desenvolvimentos científicos, bem como às condições sociais e econômicas dominantes.

Apesar de se concordar em alguns aspetos com o autor, mas o que tem sido prática é que a avaliação institucional mencionada tem sido feita por consultores que não são desses países, nem do mesmo continente e por vezes, não conhecem com detalhe as especificidades do país. Como resultado disso, algumas instituições adotam modelos distantes das suas condições reais para a implementação.

Em síntese, percebe-se que a formação de professores de Geografia desde o período colonial até os dias de hoje, teve vários contornos, segundo as condições de cada momento. No entanto, ao longo da evolução das instituições de formação de professores, verifica-se a preocupação de formar professores de Geografia que tenham não só conhecimentos da sua área específica, como também conhecimentos pedagógicos e didáticos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Manuel. *A Geografia em Moçambique*. III Congresso da geografia portuguesa, Porto: Edições Colibri e Associação portuguesa de geógrafos, Lisboa, 1999, PP. 11-15.
- ARAÚJO, Manuel e RAIMUNDO, Inês. *A evolução do pensamento geográfico: um percurso na história do conhecimento da terra e das correntes geográficas*. Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 2002.
- BUQUE, Suzete Lourenço. *Docência Universitária: Reflexão sobre as reformas curriculares com Curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Pedagógica de Moçambique*. Rev., Bras., Geog., Rio de Janeiro.v. 2, n.3, Jan./Jun., 2012.
- DELORS, Jacques et al. *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo, Cortez Editora;Brasili, MEC, UNESCO, 1997.
- DIAS, Hildizina Norberto. *Saberes docentes e formação de professores na diversidade cultural*. Maputo: Imprensa Universitária, 2008.
- DUARTE, Stela. *Avaliação da aprendizagem em Geografia: desvendando a produção do fracasso escolar*. Maputo, Imprensa Universitária, 2007
- DUARTE, Stela Cristina Mithá. *Desafios da formação de tutores para as práticas Pedagógicas*. Maputo: Educar –UP, 2008.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez Editora,1994.
- LÍNGUA, Januário. *O nexa entre concepções e práticas de ensino da geografia em Moçambique*. Dissertação de Mestrado em Educação e Currículo. S. Paulo. PUC-S. Paulo, 2006.
- MAVANGA, G.; FREIA, A. Modelos integrado e sequencial na formação inicial de professores-vantagens e desvantagens. Qual a adoptar na UP? In: DUARTE, S.; Dias, H.; CHERIDA, M.. *A Formação de Professores em Moçambique*. Maputo: Educar-UP, 2009.MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*, Maputo: Nosso Chão, 1995.

MURIA, Ângelo José. *A complexidade da Formação de Professores: O Caso da Educação Física e Desportos em Moçambique*. 2009 320P. Tese de Doutoramento em Educação, UNIMEP, Piracicaba, 2009.

NIQUICE, Adriano. *Formação de Professores Primários. Construção do Currículo*. Maputo, Textos Editores, 2006.

TAÍMO, Jamisse Uilson. *Ensino Superior em Moçambique: História e Gestão*. Tese de Doutoramento. São Paulo Piracicaba, 2010.

THOMPSON, E. Rachael. *Reflexões sobre o ensino da geografia em Moçambique*. Revista Síntese, Ano II número 5. Maputo, Faculdade de Ciências sociais, 2007.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR E DE EDUCACAO NACIONAL. Decreto Lei nº 49 072. In: *DIÁRIO DO GOVERNO*, 20 de Junho de 1969.

_____. Decreto Lei nº 46 550. In: Boletim Oficial de Moçambique. *Legislação da República*. 2 de Outubro de 1965.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Decreto nº 37 087. In: *DIÁRIO DO GOVERNO*. I SÉRIE-Número 233, 6 de Outubro de 1948.

MEC. *Sistema de educação em Moçambique*. Maputo: Gabinete do Sistema de educação, 1980.

MOÇAMBIQUE, R..Lei nº4/83- Sistema Nacional de Educação. *Boletim da República: Publicação Oficial da república de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1983.

UNIVERSIDADE DE LOUENÇO MARQUES. *Prospecto Geral*. 1969/1970

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. *Proposta de Programa Mínimo de Didáctica de geografia*. Maputo, 1979.

UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA (UP). *Anuário 1998-1999*. Maputo, UP, 1998

_____. Faculdade de Ciências sociais. Departamento de Geografia. *Proposta Curricular do curso de Bacharelato e Licenciatura em Ensino de Geografia*. Maputo, UP, 2003.

_____. Faculdade de Ciências sociais. Departamento de Geografia. *Plano Curricular do Curso de Licenciatura em Ensino de Geografia com Habilitação em Ensino de Turismo ou em Ensino de História*. Maputo, UP, 2009.